IDENTIDADE, ALTERIDADE E MEMÓRIA NA LUTA PELA TERRA E PARA NELA PERMANECER: UMA ANÁLISE DO GRUPO DOS NOVE NO PONTAL DO PARANAPANEMA-SP*

Maria Celma Borges**

RESUMO: Considerado o significado da terra, seja na luta para conquistá-la, seja para nela permanecer, busco na memória dos sujeitos o substrato para a compreensão de sua identidade como camponeses. Retorno ao sentido da terra, compreendendo-a como evidência da diversidade, mas também da semelhança, possibilitando entender que as ações da militância e da direção do Movimento Sem Terra, ao se voltarem para o desejo da "transformação social", não são díspares dos desejos que grande parte dos assentados traz consigo, ou seja, a conquista da "terra de trabalho". Objetividades e subjetividades sinalizam para as potencialidades do indivíduo e do coletivo interrelacionados nas lutas camponesas. Parte dessas questões está presente na discussão do grupo das nove famílias assentadas na gleba XV de Novembro, as quais são objetos da análise deste texto.

PALAVRAS-CHAVE: História; Identidade; Terra.

ABSTRACT: Considering the meaning of the land, in order to conquer it or to remain in it, I am on demand of the substract of the individuals memories in order to understand their identities while peasants. I am back to the land meaning, understand it as an evidence of diversity . I also study the similarities into the peasants actions and the main goal of the leaders of the Landless Workers Movement : "the social transformation". These goals are similiars and not against of the goals from the majority of the seatlements, it means the conquer of "the labor land". Objetivities and subctivities point to the individual and coletive potencialities connected to peasant struggles. Part of these questions are present on the discussions of the "group of the nine" formed by nine families at the seatlementes "November 15th", which those are subjetc of the analyse in this article.

KEYWORDS: History; Identity; Land.

---

* Este texto resulta de uma discussão realizada no Capítulo 4 de minha tese de Doutorado (BORGES, 2004).

** Profa. Adjunta do Curso de História, do Campus de Três Lagoas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Profa. Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

> A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1989, p. 204).

As memórias evidenciadas nos marcos das experiências dos camponeses sem-terra nas primeiras ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Pontal do Paranapanema-SP, no decurso da década de 1990, demonstram a simbologia de se constituírem como agentes no processo de lutas desde o acampamento ao assentamento.

Ser sem-terra pela exposição da memória individual revigora, então, a história de lutas do coletivo (BORGES, 1989), num misto da narração de dificuldades e alegrias vividas pelos entrevistados ao se referirem ao tempo do acampamento como o momento em que se vivia o temor, o medo da chuva e a situação constante do despejo, mas também o recriar contínuo da esperança pela possibilidade da conquista da terra.

Na análise dos relatos coletados por meio da metodologia da história oral busquei compreender como as famílias entrevistadas foram reconstruindo suas vidas no assentamento, sendo o grupo dos nove[1] originário da ocupação da fazenda Nova Pontal, primeira ação do Movimento Sem Terra na região do Pontal do Paranapanema, em 1990, e das fazendas São Bento e Santa Clara, em 1991, no município de Mirante do Paranapanema-SP. Naquele contexto, as famílias desse grupo tiveram que partir do acampamento São Bento, pois estavam sendo ameaçadas pela polícia e pelos latifundiários vinculados à União Democrática Ruralista (UDR), devido o papel exercido por alguns de seus membros como coordenadores de grupo, daí terem buscado a terra no assentamento Gleba XV de Novembro, em Rosana. Esse grupo trazia, dentre suas especificidades, a experiência de um trabalho coletivo, existente desde o acampamento na fazenda São Bento, quando do cultivo de uma horta comunitária, mas que teve vida curta na XV de Novembro, em vista do desejo do trabalho familiar ter sido mais

[1] Não foi possível entrevistar todas as nove famílias, em vista de duas delas não se encontrarem mais no assentamento Gleba XV de Novembro, em Rosana, mas as entrevistas com as sete famílias foram significativas para embasar parte de minha tese de Doutorado (BORGES, 2004).

forte que a perspectiva política do trabalho coletivo desejada pela organização do MST. Os marcos partilhados de memória desses camponeses, ao exporem o que significou essa experiência, contribuem para a apreensão da tessitura de identidades e, ao mesmo tempo, de alteridades. Ao mesmo tempo, a forma como se referiram à organização do grupo faz pensar a necessidade de ir além da leitura da liderança como a expressão única do Movimento.

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE LUTA NO GRUPO DOS NOVE

Amado ao discorrer sobre a história de Trombas e Formoso, com enfoque para as experiências vivenciadas pelos camponeses de Goiás entre os anos de 1948 a 1964, observa que é preciso distinguir nas falas o que significa o vivido e o recordado:

> Embora relacionados entre si, vivência e memória possuem naturezas distintas, devendo, assim, ser conceituadas, analisadas e trabalhadas como categorias diferentes, dotadas de especificidades. O vivido remete à ação, à concretude, às experiências de um indivíduo ou grupo social. A prática constitui o substrato da memória; esta, por meio de mecanismos variados, seleciona e reelabora componentes da experiência. A Revolta do Formoso foi uma coisa; outra, diferente, foram as memórias que Fernandes construiu a respeito da Revolta. (AMADO, 1995, p. 131).

Levando em conta as observações de Amado e as evidências históricas apreendidas em meu trabalho de campo é preciso pensar aqui a memória partilhada, ou seja, as recordações que marcaram a história de diversos sujeitos, tendo sido consideradas na pesquisa como marcos da memória, construídos a partir das ações vividas coletivamente pelos inúmeros sujeitos da luta, explicitando parte das práticas e representações camponesas das primeiras experiências do MST no Pontal.

Dentre essas experiências, destacam-se as ações do grupo dos nove como o trabalho coletivo desde o tempo do acampamento na fazenda São Bento; a continuidade desse grupo nos primeiros anos de assentamento na XV de Novembro e a identidade que teceram (e tecem) com o MST nesse processo, expressa ainda pela alteridade.

Seu Valdemar, um dos membros do grupo, na luta pela terra desde a ocupação da fazenda Nova Pontal, narrou que as famílias partiram da fazenda São Bento para o assentamento XV de Novembro devido à "perseguição mirada nas lideranças": "E persegue daqui, a polícia persegue de lá,

e aí nós falou: 'nós tem que sair daqui' "[2]. Das nove famílias, sete delas tiveram que pagar ao Estado o valor das benfeitorias existentes na área, a fim de que pudessem ser assentadas.

Entretanto, isso não se deu sem que encontrassem forte resistência de parte da comunidade assentada, já que surgiam como sujeitos novos que não haviam emergido das experiências de luta da XV, mas de outro contexto, como narrou Seu Valdemar, expondo que, após o levantamento dos lotes vazios pelo Estado, esse "[...] mandou buscar nós pra cá. Aí quando chegou aqui o pessoal não aceitou também, falou que nós tava invadindo os lotes deles".

Seu José de Paula, um outro membro do grupo dos nove, evidenciou essa questão, ao assinalar:

> [...] nós veio em nove. Só que aí deu problema, deu problema por causo que aí tinha umas pessoas aqui da gleba que disse que o pessoal do acampamento queria invadir tudo a gleba XV. Aí aqueles nove que tava aqui..., queria linchar mesmo as pessoas. Deu um trabalho pra caramba: 'Essa gleba aqui mesmo depois de acho que uns 12 anos, agora querem ocupar a gleba XV de novo'. Mas só que não era isso o objetivo, o objetivo era um lote.[3]

A resistência de parte dos assentados em aceitar a permanência do grupo em seu meio se dava pela forma diferenciada de luta do MST, ou seja, pelas ações diretas de enfrentamento, diversas daquelas vividas pelos camponeses da XV, mediadas pela presença de partidos políticos, a exemplo do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Todavia, a situação vivida pelos camponeses da XV mais se assemelhava do que se diferenciava das práticas do grupo dos nove, já que, quando esse movimento se iniciou nos primeiros anos da década de 1980, a região já trazia em seu bojo todos os problemas que os camponeses do grupo dos nove mais tarde viveriam, como o desemprego, a miséria, a exploração da mão-de-obra etc. Observa-se ainda que emergiam da XV de Novembro, para além da representação política do PMDB, as raízes para a organização dos sem-terra no Pontal do Paranapanema, particularmente por ter sido desse lugar que se deu uma das sementes para a ocupação da fazenda Nova Pontal, pelo MST, e para as lutas que se seguiriam pela década de 1990, impulsionadas por esse Movimento.

[2] ENTREVISTA. Valdemar. XV de Novembro, setor I, 03/01/2002.

[3] ENTREVISTA. José de Paula e Maria. XV de Novembro, setor I, 02/01/2002.

As entrevistas realizadas no grupo dos nove se assemelharam na narrativa da violência vivenciada no contexto dos acampamentos quando dos despejos e da necessidade de partir, mas também foram similares na afirmativa da relevância do trabalho coletivo realizado pelo grupo. Porém, observaram os camponeses que, ao serem assentados, no segundo ano, essa prática – vista como exemplar pela teoria de organização do MST – foi tomando outras proporções e sinalizando para a resistência das famílias em se manterem como um coletivo.

Sabe-se, conforme grande parte das publicações do Movimento, da importância atribuída a essa forma de trabalho, vista como ideal pelas relações de produção constituídas a partir do trabalho em comum, e por propiciar as demais relações vividas no assentamento, já que contribui para a emergência de novos valores a alimentar os desejos da "transformação social", ou seja, de uma sociedade fundada em princípios igualitários. Somada a essa dimensão, afirma-se que o trabalho coletivo viabiliza a produção e a consequente rentabilidade econômica. Nesse sentido, é válido destacar um trecho de uma das fontes do MST que assinala as vantagens do trabalho "em conjunto":

> O trabalho em conjunto num assentamento deve obedecer alguns princípios de organização, entre os quais o principal é a liberdade do agricultor só participar de uma organização de trabalho coletivo se quiser e se estiver consciente da importância dessa forma de organização. O Movimento Sem Terra, no entanto, defende que os companheiros que conquistam a terra procurem estimular a organização coletiva do trabalho e a terra [...] nós temos certeza de que a organização do trabalho em conjunto, da cooperação agrícola nas suas diversas formas, é a única maneira de nós irmos de fato mudando a sociedade e um dia construirmos o socialismo na agricultura brasileira. (MST, 1986, p.10).

Seu Valdemar observou que o trabalho no grupo coletivo perdurou por dois anos, principalmente no uso do trator para o cultivo da terra. Entrementes, o desejo de produzir na "terra de trabalho" por meio da produção familiar foi mais forte que a experiência coletiva do tempo do acampamento. Outros relatos salientaram que o grupo permanecera por quase três anos como coletivo, dissolvendo-se em seu terceiro ano.

No grupo, quase todas as famílias vieram do município de Nova Londrina - PR, de antemão mantendo uma relação de proximidade pelo local, o que provavelmente tenha contribuído para o estabelecimento de um sentido de comunidade e de identidade, fortalecidos pelos laços de

origem e pela cultura camponesa, fundamentada nas relações de vizinhança, no compadrio, no mutirão etc., derivando numa predisposição para o uso comum da terra, o que necessariamente não queria dizer o uso coletivo.

Foram elas que empreenderam a produção coletiva no assentamento XV de Novembro no plantio de alimentos como o milho, a mandioca e o feijão. Conquistaram ainda, por meio da contribuição do padre Maurício, da paróquia de Rosana, um trator e algumas reses leiteiras. Porém, como assinalado, essa experiência deu-se por pouco tempo.

Seu Evangelista, fazendo uma análise do que ocorrera em relação ao fim do trabalho coletivo, assinalou: "Nós era em nove [...]. Ficava muito distante. Tinha deles que uma propriedade na outra tinha mais de cinco quilômetros, você trabalhar a pé e voltar todo dia [...] não tinha recurso nenhum"[4].

Buscando explicitar o porquê de não ter permanecido o trabalho coletivo, Seu Valdemar salientou que o cultivo das roças se dava desse modo, mas as áreas se mantinham individuais, dificultando a união das famílias, por não partilharem interinamente do processo coletivo de produção aliado às outras dimensões da vida. Observou este assentado que os recursos advindos eram contabilizados pelo total de horas trabalhadas por cada membro do grupo, momento em que se dava a partilha:

> O trabalho coletivo, nós trabalhava em todos os lotes, no caso nós fazia uma reunião e definia: nós vamos plantar dois alqueires em cada lote no coletivo, então plantava dois aqui, dois lá, dois lá em cima, então a gente trabalhava assim, quando acabava aqui, vinha aqui, quando era lá, ia lá. Era todo mundo junto e contava as horas que todo mundo trabalhava, e na colheita a gente dividia por quem tinha mais hora. Quem tinha mais hora ganhava mais, quem tinha menos horas ganhava menos, era assim que funcionava. Se plantasse algodão era a mesma coisa, se financiasse você pagava o financiamento e se sobrasse dinheiro você dividia por hora, então quem trabalhou mais, ganha mais, quem trabalhava menos ganhava menos. Então era dessa forma que a gente trabalhava.[5]

Quanto a essa questão, Seu José de Paula afirmou, de modo semelhante a Seu Evangelista e Seu Valdemar, que o fim do trabalho coletivo se deu em vista da distância de um sítio para o outro. Assim, para dar certo, "a área tem que ser coletiva também":

[4] ENTREVISTA. Evangelista e Nadir. XV de Novembro, setor I, 02/01/2002.

[5] ENTREVISTA. Valdemar. XV de Novembro, setor I, 03/01/2002.

> Você fez uma pergunta muito importante. Nós viemos de num grupo de nove famílias pra fazer o trabalho coletivo, pra apresentar o trabalho coletivo que o Movimento Sem Terra criou dentro do acampamento. Nós tinha horta comunitária, e nós comecemos a trabalhar no trabalho coletivo. Mas não deu certo o trabalho coletivo aqui na gleba XV, não foi porque as pessoas não quis não. Não deu certo porque o trabalho coletivo ele só dá certo se a área for junto, e aqui a gente tinha dificuldade.

Esse relato tornou-se revelador pela afirmativa de que o grupo viera "apresentar o trabalho coletivo que o Movimento Sem Terra criou dentro do acampamento". Percebe-se aí o peso atribuído ao trabalho coletivo como prática e representação do MST, ou seja, uma tentativa de evidenciar um dos princípios fundamentais desse Movimento e a viabilidade de sua realização a partir desse grupo. As falas foram carregadas desse sentido da representação, principalmente para os que eram coordenadores. Tanto que uma das questões a marcar a história do grupo referiu-se à memória do trabalho coletivo, fosse aquela a reforçar a sua validade, ou mesmo aquela a delinear as diferenças brotando em seu interior.

Chamou atenção o fato de que a oposição em relação ao trabalho coletivo se apresentou principalmente para aqueles de idade mais avançada, que já traziam consigo a tradição do trabalho na terra junto à família, e outros valores que não aqueles a emergir do tempo do acampamento. O relato de Seu Antonio evidenciou esse sentimento, na medida em que atribuiu o fim do trabalho coletivo ao fato de que "os cabra escora muito"

> [...] quando nós chegava no serviço de um companheiro a gente ia trabalhar, se arrebentar, e os outros ficavam ali [...] Muitas vezes como era mais jovem, o rapaz era mais jovem pra enfrentar uma touceira de colonhão, pra arrancar no enxadão não era fácil. Então eu ficava me matando. E aí eu caí fora. Não quero mais nem saber não. [6]

Mesmo mantendo a identidade da luta no acampamento, os relatos tornaram-se marcantes na narrativa das dificuldades vividas individualmente nesse tempo, principalmente no momento em que se davam os despejos. Contando sobre o processo de luta, Seu Evangelista narrou: "A luta foi o seguinte: foi muito sofrida demais. A gente lutava porque acreditava que isso aqui um dia ia dá certo, porque deu certo pra outros assentados que estavam aqui". Sendo assim, ao contar o desespero de sua filha que partici-

[6] ENTREVISTA. Antonio e Maria. XV de Novembro, setor I, dia 03/01/2002

para junto a ele desde a ocupação da fazenda Nova Pontal, acentuou que ao chegar à fazenda São Bento, por ocasião de um outro despejo,

> Ela veio embora, a mãe ficou desaconçoada, mas ela veio embora. Chegou em Nova Londrina chorando, e eu falei: 'Não. Se tiver que dar certo vai dar certo, porque nós temos que ter a esperança, a esperança é a última que morre'. Então eu já tava indo pro buraco, pra falência com aquilo que eu tinha. E eu já tinha sido proprietário e o meu sonho era a terra. Aí eu falei não, não vai desesperar não, porque se tiver que dar certo nós vai chegar nela.

Seu José Marinote narrou que seu filho, Dida, era quem participava do grupo dos nove. Conforme esse entrevistado, ele e sua esposa permaneceram por pouco tempo no acampamento, na medida em que eram os filhos que acampavam, enquanto eles "esperavam" a terra, em Mirante do Paranapanema. Contou sua esposa, Dona Emília, que, no Paraná, anterior à vinda para o Pontal: "Nós não tinha nada, nós ficava trabalhando pros outros. Nunca comprei uma peça de roupa trabalhando pros outros, o dinheirinho que nós fazia colhendo café só era pra comer e pra pagar as dívidas. Não era fácil não minha filha. Nós tocava 14 mil pé de café"[7].

A recordação de como ocorriam os despejos encontra-se registrada na memória de Seu Marinote, em vista do que seus filhos viviam e narravam daqueles momentos, demonstrando as marcas da violência, mas também os marcos da conquista, principalmente no olhar estabelecido para o vivido no presente,

> A gente sofreu assim: óh!! Mas aí..., muitas vezes dava até vontade de desistir. Mas, vem cá. Se a gente não fazer assim, quando que a gente vai pegar um pedaço de terra? Não vai não. Pra comprar a gente não podia, porque era caro. Então tem que lutar. Apesar que nós compramos os direitos aqui, mas foi muito mais barato que comprar.

Seu Dezinho tentou narrar o sofrimento que lhe fora companheiro por quatro anos nos acampamentos, afirmando que o tempo de conquista da terra parecia nunca chegar. Porém mais forte que o sofrimento era a esperança. Dela brotava a força para a espera e a permanência na luta. Por isso, de forma categórica, afirmou que dos percalços encontrados na caminhada, os enfrentaria novamente, pois as conquistas do presente foram maiores que o sofrimento de outrora. Em suas palavras: "Sem dúvida

[7] ENTREVISTA. José Marinote e Emília. XV de Novembro, setor I, 03/01/2002.

nenhuma, se fosse pra mim acampar, eu acampava de novo, acampava de novo, porque hoje eu acredito no Movimento Sem Terra"[8].

Voz entoada e um olhar cujo brilho a escrita do pesquisador encontrou dificuldades para enunciar, disse Seu Dezinho: "Eu, graças a Deus, estou feliz. Eu estou feliz como nunca nem pensava. Eu nunca nem pensava de tá feliz como eu tô hoje. Hoje, graças a Deus, já tenho meu pedaço de terra, tem minha criação, tem porco, tenho galinha, tenho carneiro, tem gado, tem tudo, graças a Deus". Sorrindo pronunciou essas palavras, reforçando a importância de sua participação e de sua identidade na luta pela terra e para nela permanecer, haja vista as conquistas. O presente, para esse camponês, referendou o controle do tempo de trabalho, a negação da condição de bóia-fria e a conquista do "sossego", da tão sonhada "tranquilidade".

D'Aquino, ao discorrer sobre a poética do tempo e do espaço no estudo de um assentamento em Promissão, São Paulo, faz observações que se aproximam das apreendidas nesse grupo, principalmente no que concerne ao papel da memória:

> [...] a memória de outros lugares, do vivido em outros tempos, marca os projetos individuais, familiares e grupais. Morar no assentamento se afigura para as famílias recém-chegadas, como um 'novo tempo de viver' no qual se invertem as prioridades e, muitas vezes, até mesmo a relação espaço/tempo. (D'AQUINO, 1996, p. 12).

Similar a Seu Dezinho, Seu Antonio narrou o desencantamento vivido no tempo do acampamento e o sentimento de ter sido enganado devido os militantes terem dito que ao ocupar a terra: "Com quinze dias vocês tão dentro da terra, com quinze dias ela tá desenrolada, não tem perigo". Ao viver vários anos na condição de acampado, este camponês expôs uma luta intermitente em que a esperança, condição subjetiva da luta, tornava-se também objetiva, pois norteadora dos passos para se chegar a terra desejada. Dona Maria, sua esposa, em poucas palavras expressou a representação da conquista da terra frente às várias intempéries que a vida apresentara, por entre as margens da estrada, dos barracos, das ocupações, dos despejos, da espera e da esperança,

> [...] a pessoa estando em cima do que é da gente, não é comparada de tá na cidade..., pra hoje ou amanhã não achar um dia de bóia-fria pra ganhar, e vê sem ter nada dentro de casa. Você estando em cima da terra, ou bom

[8] ENTREVISTA. Dezinho e Maria. XV de Novembro, setor I, 02/01/2002.

> ou ruim, você arruma um pouquinho dali, um pouquinho de acolá, e você estando à toa você não tem nada... É isso aí.

Discutindo, em sua tese, a caminhada realizada pelos trabalhadores sem-terra, com o olhar para os seus sonhos, dificuldades, esperanças, até a conquista do assentamento Indaiá, em Itaquiraí, Mato Grosso do Sul, Costa apresenta uma leitura que é significativa para se pensar a importância para o camponês de "estar em cima da terra":

> Esta expressão, para eles, tem o sentido de estar vivo - contrário de estar morto, daqueles que estão embaixo da terra - e, apresenta-se como uma metáfora da vida. Denota ainda que eles não se percebem como proprietários da terra, que o sentido dela, para eles, vai muito além da propriedade jurídica da terra, confunde-se com a vida. (COSTA, 1993, p. 86).

Estar "em cima da terra" significava para os camponeses do grupo dos nove - semelhante aos demais sujeitos pesquisados em minha tese - ser e permanecer camponês a alimentar o desejo do roçado e, consequentemente, a negação da condição de bóia-fria, do trabalho para o outro, podendo, com isso, reinventar a vida.

REINVENTANDO AS REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS PARA ALÉM DA VANGUARDA

Ao reinventar a vida, os camponeses do grupo dos nove puderam também reinventar as possibilidades de representações políticas não limitadas ao discurso da vanguarda iluminista. Assim, Seu Valdemar, ao recordar como emergiram as "lideranças" no interior do acampamento pelas práticas da ocupação da fazenda Nova Pontal, observou:

> [...] quando nós cheguemos lá da ocupação, aí tava todo mundo perdido, porque ninguém nem pensava o que era aquilo. Aí começou a juntar as lideranças assim: nós montava um grupo de pessoas, e aí dividia tudo em grupo: o grupo do trabalho, o grupo da saúde, o grupo da educação, o grupo da finança. Então formou assim. Então, cada um tinha um coordenador que dividia em grupo. Então cada grupo tinha um que coordenava. Então, começamos o trabalho dessa forma, era bem gozado, era bom de trabalhar.

Esse relato foi elucidativo para a compreensão da dinâmica do processo organizativo do MST no Pontal, ao propiciar a compreensão de que a militância do grupo dos nove se constituiu em meio às atividades desen-

volvidas nos diversos espaços do acampamento, como a coordenação, ou mesmo a participação em grupos da saúde, da educação, da produção, das finanças, entre outros. Essa questão inverte a leitura da necessidade da "vanguarda" presente nas teses leninistas – um dos suportes teóricos dos cursos de formação do MST – em que se assinala que são aqueles que vêm "de fora" que dão à direção e fazem com que o movimento caminhe.

Ao ser indagado se existiam cursos de formação dentro do acampamento, Seu Valdemar, nesta mesma entrevista, observou:

> [...] no começo não dava tempo, porque você tinha que trabalhar direto dentro do acampamento, porque era um acampamento que tava começando. Mas aí depois começou a fazer os cursos. O pessoal do Movimento começou a mandar a gente pro Sul, pra São Paulo também... ensinando as pessoas, porque pra nós... as lideranças também... são muitas lideranças no acampamento, as lideranças sai do acampamento pro Movimento, o grupo de base sai do acampamento. Então eles traziam materiais pra gente ler pra aprender o que era o acampamento, o que liderar o acampamento. Então a gente foi aprendendo, mas na prática, porque nos livros muita coisa a gente não entendia. Então era na prática mesmo.

Esse assentado reafirmou o fato de que "era na prática mesmo" que eles aprendiam como se dava a organização. Com o acampamento estruturado, disse ter sido possível o "pessoal do Movimento" encaminhar-lhes para o sul, para São Paulo. Entretanto, as "lideranças sai do acampamento pro Movimento". Como uma escola, o acampamento, na sua compreensão, preparava o sujeito para o Movimento. Pode-se depreender daí que o acampamento seria o espaço do movimento social, de sua formação, e do "fazer-se" sujeitos da luta. No momento em que se "formavam" pela prática de acampar, iam para a organização em outras instâncias. Essa questão sugere uma outra leitura que a comumente impressa para se pensar às ações do MST. Daí a prática, para esse narrador, sobrepor-se, num primeiro momento, à teoria da organização.

De forma similar a esse assentado, Seu José de Paula destacou que "[...] era dentro do acampamento mesmo que criava as lideranças. Eu, no meu caso, eu trabalhei de coordenador uns três anos aí no acampamento, não sabia nem o que era, mas aprendi e fui ajudar os companheiros e ajudar eu próprio também". Salientou ainda que:

> [...] tem muita gente que pensa que o Movimento é uma pessoa que cria, e não é. O MST é a pessoa que tá dentro do acampamento. Por exemplo, eu fui coorde-

> nador por 04 anos, eu era do MST, eu saí, mais deixei várias pessoas que eu passei o conhecimento que eu aprendi também. A gente só procurava usar só as coisas que favorecia as pessoas, porque se contar uma história pra pessoa que está na pior só pra animar ele, à toa, eu acho que não adianta, tem que contar uma coisa real. Eu admiro o MST por causa disso, porque ele não anda assim com mentira, enganando as pessoas, eles fala realmente a necessidade básica pra pessoa se afirmar na terra. Então é mais ou menos isso aí.

Nas palavras do entrevistado, "não sabia nem o que era, mas aprendi", encontra-se a percepção de que foi no processo de lutas, no seu desenrolar, que se deu a compreensão da condição de sujeito da história. Esse foi um sentimento partilhado pelo grupo dos nove.

Em seu relato, Seu José de Paula atribuiu ao MST a potencialidade para essa percepção. Mesmo que tenha se referido à condição de pertencimento ao Movimento, atrelada ao tempo do acampamento, sua memória de luta revitalizou a identidade coletiva, na medida em que o "eles" tornara-se referência, no presente, para a necessidade de continuar a participar das lutas e para o orgulho em narrar as conquistas originárias de tais práticas.

Parece-me que, nessa entrevista, a vida e o trabalho na terra separaram dois tempos: aquele em que se travava a luta junto ao Movimento, sendo dele parte, e o tempo da entrevista em que existia a necessidade da luta, mas por outros meios que não necessariamente aqueles da vida no acampamento. Essa narração carregou consigo a ambiguidade, pois, em seguida à afirmação que sugeria os dois tempos, Seu José de Paula enfatizou que o trabalho do MST não se limitava ao acampamento, já que ao chegar a terra dava-se início a outras lutas: "Então o Movimento, ele atua desde o acampamento e no assentamento pra financiamentos, pra tudo". No seu entendimento, se não existisse a pressão por parte do MST frente ao governo, na luta por créditos, por financiamentos etc, não haveria o acesso a esses, visto que "esse dinheiro só sai através de luta, porque senão não saí". E disse ainda:

> Por exemplo, se o MST sair, deixar os assentamentos parados, por conta própria, os coitados dos assentados tão mortos, porque ninguém escuta eles. Agora na hora que faz um grupo de trezentas, seiscentas famílias com alguém na frente liderando, alguém que tenha conhecimento, aí pronto. Aí eles já começa a escutar a gente, mas se não... Então o Movimento, ele atua desde o acampamento e no assentamento pra financiamento, pra tudo. O Movimento é tudo pro trabalhador do campo.

Nesse trecho o entrevistado considerou que era preciso "alguém na frente liderando", ou seja, a percepção de que se fazia necessária a ação prática da organização, compreendida como "alguém que tem conhecimento". Por mais que houvesse o entendimento de ser sujeito do Movimento, a necessidade de direção pelas lideranças tornou-se elemento marcante do relato. Tal evidência sugere, de certa maneira, o modo como a organização passava a ser interpretada, principalmente pelos meios de comunicação, ao personalizarem o Movimento.

É necessário assinalar, todavia, que existem dissonâncias na "lógica" desta interpretação, apreendidas particularmente na representação da terra e da luta para conquistá-la, por parte dos assentados. Entretanto, não se pode ignorar a existência da ambiguidade e da contradição na história das lutas camponesas. Num misto de "sujeito" e de "sujeição", de "conformismo" e de "resistência", de "liderado" e de "liderança", Seu José de Paula demonstrou a possibilidade de uma leitura que ultrapassasse a denominação da "vanguarda" para se pensar a organização do MST, já que, se num determinado momento de sua fala diferenciou o "eles" e o "nós", na construção dessa história, ao tê-la vivido e recordar suas práticas e representações similares aos que "vão na frente liderando", a percepção de sua importância na luta deu-se pelo fato de que o "eles" passava a ser o outro (o oponente, no caso, o governo) que "já começa a escutar a gente", e não o MST. Encontra-se aí a compreensão de que não existem "níveis de consciência", mas formas diferenciadas de vivê-la, as quais, em determinados momentos se somam, se tornam "iguais", "comuns", mantendo, porém, a sua alteridade, sua especificidade e a dinamicidade a dar-lhe a forma.

Os camponeses do grupo dos nove salientaram que não foi o governo e sim o MST quem fez a reforma agrária no Pontal. Nesse aspecto, tornou-se ilustrativa a inversão de papéis que um movimento e organização social passava a adquirir na leitura que os assentados estabeleceram de suas práticas e representações, assim como o descrédito quanto ao governo, inexistindo, por essa visão, como órgão responsável no desempenho do papel que lhe caberia. Nesse aspecto, a fala de Seu Valdemar tornou-se significativa:

> O Movimento que fez a Reforma Agrária, porque se você falar que foi o Governo que fez eu digo que é mentira, porque o bisavó nosso [...] desde o bisavó nosso que se fala em Reforma Agrária, mas ela nunca saiu do papel. Hoje você olha pro Movimento e tem aí mais de cinco mil famílias assentadas no Pontal. Então

> a gente tem que tirar o chapéu pro Movimento, porque o Movimento [...] Tem problema, porque você sabe que todo Movimento tem problema, mas a gente tem que tirar o chapéu porque se não fosse o Movimento não tinha Reforma Agrária aqui no Pontal.

Vê-se, então, como comum entre esse grupo à crítica às ações dos governos estadual e federal, principalmente ao se referirem à sua ineficácia em relação à solução dos problemas que lhes afligiam na luta para a conquista da terra, acentuadamente pela demora na implementação dos assentamentos. Junto a isso narraram, no tempo da pesquisa, um tempo de dificuldades em que a mandioca financiada não obtinha preço para cobrir os custos da produção; os financiamentos saiam no tempo indevido; a carência da assistência técnica fazia-se uma constante, afora outras questões referentes às dificuldades quanto ao modo de vida e de trabalho das famílias.

As falas foram expressivas no sentido de argumentar que se não participavam cotidianamente das lutas do MST, isso não se dava por terem perdido a "crença" no Movimento, mas pelo fato de que o assentamento requeria outras frentes de luta, como as travadas no cotidiano do trabalho na terra, ou seja, na "terra de trabalho". Lutas que se dimensionaram pela persistência em dela não sair, ainda que sofrendo no dia a dia as intempéries da política econômica.

Compreendo, no entanto, que os relatos foram categóricos na afirmativa de que se o outrora deixara marcas de violência, marcos na memória, o presente suplantava essas dores, por referendar o tempo da "conquista" e do "sossego". No dizer de Seu Antonio, "aqui pra mim, graças a Deus, eu tô no céu".

Seu Valdemar, ao ser questionado se continuou a participar da luta do MST, após ser assentado, afirmou:

> Eu participo, mais é pouco. Eles queriam que a gente participasse direto, mas se eu fosse participar direto, a gente ia largar o lote. O lote praticamente ia ficar abandonado, porque tem luta todo dia, e pra gente acompanhar tudo [...]. De alguma coisa a gente participa, acompanha. No começo eu acompanhei bastante, agora a gente parou um pouco, tá mais controlado, porque senão você não tem tempo de cuidar do seu lote. A intenção deles era boa, era montar os grupos e alguém vinha trabalhar, vinha ajudar, só que não funcionou. E agora pra mim largar o lote e partir pra luta, aí não tem jeito, eu achei que não dava, pra mim não dava, porque eu tenho que cuidar do lote.

Para Seu Valdemar, tal como para Seu José de Paula, havia a percepção de o "eles" e "deles" ao referir-se ao MST. Nesse ponto novamente desenhou-se a visão do Movimento, por parte dos camponeses, como aquele cujas práticas se fundavam na premissa de organização. Mas, diferentemente de sua negação como referencial de luta, o que se percebeu foi uma delineação de identidades e de alteridades.

Desse modo, mesmo que a dimensão "ele" e "nós" tenha se feito presente em vários relatos e evidenciasse certo distanciamento das práticas da organização, foi preciso reavaliar a afirmativa de alguns teóricos e assessores do MST, de que ao chegar à área conquistada, o camponês retoma os "vícios do campesinato", como o "individualismo" e a defesa da "propriedade privada". Diferentemente dessa leitura, o que se pôde apreender, no grupo, foi a dificuldade das famílias em conciliar o tempo do trabalho na terra – que requeria o tempo do cotidiano –, com o das práticas coletivas. Visto por esse olhar, o trabalho individual ou familiar não necessariamente individualiza, mas as condições de trabalho e de vida em que se encontravam as famílias apontaram, muitas vezes, para os limites de sua participação em outras práticas, que não as do cuidado com a terra.

Caldart (2000, p. 123) discute essa problemática, ao chamar a atenção para o fato de que quando os camponeses chegam ao assentamento:

> [...] são pressionados a escolher entre buscar que o *'extraordinário'*, ou *aqueles instantâneos de mudança* vividos no tempo da *ocupação* e do *acampamento,* se torne o seu cotidiano (mais estável) de vida no campo, ou tentar voltar a ter aquele modo camponês de vida que tinha (ou sonhava ter) antes da entrada no MST. Isto se refere à forma de organização, ao trabalho, às relações sociais e interpessoais e aos costumes pessoais que criou ou teve que negar no processo de luta. (grifos da autora).

A percepção da importância do MST e do pertencimento a ele, mesmo que em determinados momentos dele se distinguindo, foi uma questão presente tanto na memória desse grupo, como na de grande parte dos assentados no São Bento e Che Guevara/Santa Clara, objeto de minha tese. Nesse sentido, as necessidades derivadas do que se vivia no cotidiano dimensionam os fatores objetivos do trabalho e da vida na terra, fazendo emergir, na história e nos marcos da memória, também a subjetividade, ou seja, o orgulho de ser "sem-terra" e de trazer no grupo dos nove a primeira experiência de trabalho coletivo na região e do pertencimento ao MST.

Tomando como exemplo os relatos de parte das famílias que compunham esse grupo, foi possível perceber que a vivência do tempo presen-

te e a memória das práticas coletivas de outrora, sugeriam a inexistência de uma dissensão entre o sujeito e coletivo, já que os espaços foram (e são) apresentados – fossem os das margens de estrada, praças, fazendas, da terra, da casa, da família – por pessoas que carregaram consigo a sua história familiar, mas também a história de ser parte constitutiva de um plural, do MST. Ao expressarem identidades e alteridades que, por vezes, se encontravam imbricadas, até mesmo no espaço da memória, sem deixar de existir em suas especificidades, esses camponeses evidenciaram a possibilidade de compreensão do ser e viver como indivíduo e coletivo, em determinados momentos interrelacionados, sem necessariamente a sobreposição de uma ou outra dimensão da vida. Nessa perspectiva, Arruda (1998, p. 41) salienta que:

> A construção da alteridade urde numa mesma trama de retalhos cuja costura se recompõe sucessivamente, num traçado sinuoso e semovente. Trata-se de uma construção progressiva na qual sempre se volta a desenhar a ambigüidade, e vai-se alternando o lugar do desejo e do medo, ou do desejo e da execração. Os componentes dessa obra de artesanato são portanto, móveis e intercambiáveis.

Finalizando, cabe observar que a leitura das experiências desse grupo faz pensar a necessidade de se compreender a ambiguidade nas práticas e representações camponesas, pois sem entendê-la não se compreende a dinâmica e a riqueza do que faz com que esse Movimento – e os sujeitos que lhe dão a expressão – permaneça com tamanha força no tempo presente, ainda que tendo as suas ações cotidianamente criminalizadas.

Artigo recebido em 20 de março de 2009.
Aprovado em 28 de abril de 2009.

REFERÊNCIAS

AMADO, J. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. *História,* São Paulo: Unesp, v.14, 1995.

ARRUDA, Â. Negociando a diferença. In: ARRUDA, Â. (Org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998. (Col. Psicologia Geral).

BORGES, M. C. *De pobres da terra ao Movimento Sem Terra*: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema-SP. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.

BORGES, M. S. L. *Terra,ponto de partida,ponto de chegada*: um estudo de identidade do trabalhador rural na luta pela terra. 1989. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 1989.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*: escola é mais do que escola. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

COSTA, C. B. *Vozes da terra – Indaiá*: "O porto das esperanças", 1980-1990. 1993. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

D'AQUINO, T. *A casa, os sítios e as agrovilas*: uma poética do tempo e do espaço no assentamento de trabalhadores rurais das Terras de Promissão-SP, 22-24 de maio, 1996. (mimeografado)

MST. A luta continua – como se organizam os assentados. *Caderno de Formação* n. 10, São Paulo, jun. 1986.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.